

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO

Rosa Kato

rosakato@ig.com.br (UFPE-Campus Caruaru)

Danielle Carusi Machado

daniellecarusi@vm.uff.br – (UFF)

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 é um marco na história das políticas sociais brasileiras, rompeu com a necessidade do vínculo empregatício-contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em seu capítulo dedicado aos direitos sociais, promove uma alteração qualitativa muito importante em termos da concepção de proteção que havia vigorado no país até então, pois inseriu os princípios da Seguridade Social e da Universalização em áreas vitais da reprodução social (IPEA, 2008). Nesse contexto, este artigo se posiciona com a visão de que a previdência rural faz parte da Seguridade Social e é um importante instrumento de combate ao problema estrutural da pobreza e da desigualdade de renda da economia brasileira.

Vale destacar que a maioria dos trabalhos direciona a estudar a pobreza sob o ponto de vista da insuficiência de renda individual ou

familiar, justificada pelo argumento de que outros tipos de carência, como alimentar, habitacional, educacional são eliminados com o aumento da renda (ATKINSON, 1987; 1998; CHAKAVARTY, et.al., 2008; RAVALLION, 2001; ROCHA, 2000; KAGEYAMA & HOFFMANN, 2006; BARROS et al., 2001; etc). No entanto, é importante analisar a qualidade de vida dado que em situações de famílias com o mesmo nível de renda e com acessos diferenciados a serviços públicos, as condições de vida das famílias pobres são modificadas completamente, conforme demonstrado nos trabalhos de Sen (2000;1997;1999), Jahan et al. (2015), Kerstenetzky, Vecchio e Carvalho (2011); Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2013), Nussbaum (2000), Stiglitz, Sen e Fitoussi (2008), Thorbecke (2005), Barros, Carvalho e Franco (2006), Alkire (2005; 2009).

O conceito multidimensional da pobreza tem como base a teoria das capacitações de Amartya Sen que é abordagem não-utilitarista da pobreza que observa o desenvolvimento como *um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*. A expansão da liberdade humana depende de fatores econômicos bem como de outros fatores, tais como o acesso à educação, à saúde e aos direitos civis. Portanto, é uma visão ampla do

desenvolvimento, diferente da visão de cunho mais ortodoxo (Sen, 2000).

Neste artigo queremos responder a seguinte pergunta: Como a previdência social impacta sobre a pobreza multidimensional na área rural do Brasil? Os objetivos específicos são: a) identificar as dimensões da pobreza que mais apresentam restrições de oportunidades para os dois grupos de domicílios com e sem beneficiários da previdência social, na área rural, no período estudado; b) analisar de que forma a previdência rural atua no sentido de ampliar a liberdade da família e, assim, reduzir a privação de capacidades.

Para responder ao problema de pesquisa comparamos as famílias com e sem o benefício mediante adoção da abordagem de pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster (2009) com base nas informações da POF de 2008/2009. Esta metodologia permite a identificação das famílias pobres bem como das dimensões em que esta pobreza se manifesta mais intensamente. Usamos o Índice de Pobreza Multidimensional (MO), decomposto para os grupos de comparação (domicílios com e sem aposentados) e segmentado por dimensão (necessidades materiais, inclusão econômica e necessidade de crescimento pessoal). Investigou-se, ainda, a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral por grupos de comparação e unidades de federação.

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A base de dados que será usada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 do IBGE, por ser de abrangência nacional e contemplar vários itens importantes para a mensuração da pobreza multidimensional. A partir do banco de dados construído para a região Nordeste, separamos os domicílios em dois grupos: com e sem beneficiários da previdência social. A informação dos benefícios previdenciários é encontrada no registro chamado por outros rendimentos, onde a seguinte pergunta é feita para todos moradores: “Receberam algum tipo de aposentadorias, pensões, auxílios, outros rendimentos habituais e deduções no período de referências de 12 meses?” As opções de respostas são: Aposentadoria do INSS, Pensão do INSS, Aposentadoria (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública, Pensão (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública e Aposentadoria, Suplementação da previdência privada (aberta ou fechada). Na tabela 1 apresentamos o total de observações da nossa amostra.

Região	Número de domicílios com aposentados e/ou pensionista	Número de domicílios sem aposentados e/ou pensionista	Total
Norte	563	842	1.405
Nordeste	1.555	1.731	3.286
Sudeste	922	922	1.844
Sul	723	428	1.151

Centro-Oeste	505	823	1.328
Total	4.268	4.746	9.014

Tabela 1 - Número de domicílios da amostra por região e por recebimento do benefício de aposentadoria e ou pensão - amostra

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da POF.

São construídos os indicadores que captam dimensões importantes do bem estar social que vão além da renda monetária. De acordo com Nussbaum (2000), Alkire e Robles (2016), Alkire e Santos (2010) entre outros, são três as principais dimensões de qualidade de vida: necessidades materiais, de crescimento pessoal e de inclusão econômica (ver Quadro 1, no Anexo). Para cada uma, são calculados indicadores por domicílio i e agrupados numa matriz que chamamos de matriz de funcionamentos $X = [x_{ij}]$ de ordem $n \times d$. Onde i representa os domicílios ($i = 1 \dots n$) e j representa a dimensão analisada ($j = 1 \dots d$).

Cada linha desta matriz X nos dá as realizações dos indicadores para um determinado domicílio i e a partir destes valores identificamos se um domicílio está ou não em situação de vulnerabilidade.

Esta identificação, segundo o método AK, é feita pela abordagem de *cutoff dual*. O primeiro passo é estabelecer linhas de pobreza (z_i) para cada indicador, com base no que é socialmente aceitável. O domicílio i é privado no indicador da dimensão j se $x_{ij} < z_j$. Se $x_{ij} \geq z_j$, o contrário ocorre. A partir deste ponto se constrói a matriz g^0 $n \times d$ denominada por matriz de privações. São identificadas as privações dos domicílios em cada uma das dimensões.

Depois desta etapa, é construído um vetor de pesos $w = [w_j]$, onde $w_j > 0$ e

$$\sum_{j=1}^d w_j = 1$$

, para cada indicador atribuindo-se ordem de importância às dimensões e balanceando igualmente pesos de indicadores em cada dimensão¹. De acordo com Alkire e Foster (2011), os pesos podem ser aplicados de três maneiras: entre as dimensões, dentro das dimensões ou entre os domicílios, podendo dar prioridade maior aos desfavorecidos. Iremos seguir Alkire e Seth (2015) e UNDP (2015), dando iguais pesos a cada dimensão, contudo, dentro de cada dimensão, distribuimos os pesos conforme a importância de cada indicador para a qualidade de vida de forma subjetiva e considerando o que tem sido feito na literatura (SANTOS, 2013; ALKIRE e SETH, 2015; UNDP, 2015; BATTISTON, et all. 2009). A distribuição dos pesos está no Quadro 2.

As informações sobre as privações e sobre seu grau de importância são agregadas em um vetor coluna c , onde cada elemento é igual a $c_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}$. O c_i é computado a partir do status de privação informado por g_{ij} e o peso relativo dos indicadores dimensionais (w_j). Ou seja, a partir da matriz g_0 podemos construir este vetor coluna c de contagem de privações. A pontuação de privação ponderada conta a

¹ Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), Santos (2013), Battiston, et all. (2009), entre outros.

quota de privação de cada domicílio i . Depois do cálculo de c_i , segue para o segundo corte k para identificação da pobreza.²

Se a contagem de privação c_i do domicílio for menor que k , o domicílio não é considerada pobre; se for k ou acima, o domicílio é identificado como sendo pobre. Essa abordagem recebe o título de “duplo de corte” pelo uso sequencial de corte para identificar os pobres (ALKIRE e FOSTER, 2009). Seguindo Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), usaremos o nível de cortes $k=0,3$ e $k=0,6$.

A partir da identificação dos pobres, iremos calcular as medidas de mensuração da pobreza multidimensional e comparar domicílios beneficiários e não beneficiários nos estados, de modo a visualizar possíveis efeitos da previdência rural sobre a situação de pobreza multidimensional.

Computamos a extensão da pobreza pela proporção de pobres (*Headcount Ratio*), que é a razão do número de domicílios pobres (q) identificados pelo duplo corte z e k e o total de domicílios analisados (n). Representa a extensão da pobreza ao contar o número de domicílios cujos funcionamentos estão abaixo da linha de corte.

Outro indicador calculado é a intensidade da pobreza (A), que consiste na pontuação média dos domicílios multidimensionalmente pobres, conforme $A = \frac{\sum_i c_i}{q}$.

O produto desses dois índices parciais (H e A) resulta no índice de incidência ajustado multidimensional ($M_0 = H \cdot A$) que capta a prevalência e a média de privações entre os pobres. Este índice retrata a informação da proporção de pobres multidimensionalmente, pode ser reescrito pela razão entre o número total de privações experimentadas pelos pobres, ou $lc(k) = \lg^0(k)$, e o número máximo de privações que podem ser experimentadas por todos os domicílios pobres ou $n.d$.

Também iremos analisar a contribuição de cada indicador da dimensão j ($Contrib_j$) para a pobreza multidimensional, conforme a equação (1):

$$Contrib_j = \frac{\sum_i c_{ij}}{M_0} \cdot \frac{n}{q} \quad Eq(1)$$

3 | ANÁLISES DOS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS

Nesta seção, calculamos o Índice de Pobreza Multidimensional (M_0), cujo objetivo é captar outras formas de privação, além da renda, conforme pode ser visto na tabela 2 para a zona rural do Brasil, segundo os domicílios com beneficiários e que não têm beneficiários da previdência rural.

Os resultados da Tabela 2 indicam que 84,65% dos domicílios da área rural do Brasil são considerados pobres (H) e a intensidade média de privação destes é 51% (A). A incidência é maior para o grupo de domicílios com benefício em um ponto percentual, mas a intensidade média é menor em 2,4 pontos percentuais. Como M_0

² Na abordagem unidimensional requer apenas uma única variável dimensional e um único corte (linha de pobreza) para identificação da pobreza.

representa a proporção de multidimensionalmente pobres ajustada pela intensidade da privação, o seu valor é maior para o grupo de domicílios sem beneficiários.

A região Nordeste destaca-se com valores mais altos dos indicadores de pobreza multidimensional. A incidência do grupo de domicílios com benefício supera em dez pontos percentuais o valor percentual da média nacional e o grupo sem benefício supera em nove pontos percentuais. A intensidade média da pobreza, também, é mais severa no Nordeste, o grupo de domicílio com e sem benefício supera em três e seis pontos percentuais a média nacional, respectivamente. O pior índice de pobreza multidimensional (M0) é o do grupo de domicílio sem benefício, mas isso só acontece na região Nordeste. Nas demais regiões o índice de pobreza multidimensional é menor no grupo de domicílio sem benefício.

Depois do Nordeste, o Norte é a região que segue com indicadores ruins, mas são maiores em no máximo um ponto percentual que a média nacional. Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam índices de pobreza multidimensionais menores. E o que acentua a diferença entre os indicadores multidimensionais é a incidência.

A menor incidência da pobreza é a do grupo de domicílios sem benefícios da região Sudeste e Sul que são inferiores a média nacional em dezoito pontos percentuais.

A figura 1 expõe o mapa do Brasil com informações sobre o índice de pobreza multidimensional para o corte $k=0,3$, conforme já descrito na metodologia, segundo o recebimento ou da previdência rural. Quanto mais escuras forem as cores, maiores os valores dos índices multidimensionais. Nos dois mapas, a região Nordeste é a mais escura, ou seja, concentra mais pobreza multidimensional. As áreas mais claras estão no Sul e Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, na maioria das unidades de federação, as áreas mais escuras no mapa são as que não tem benefício. No Centro-Oeste, ocorre o inverso. A figura 2, por sua vez, expõe a diferença percentual entre os M0_30 dos domicílios com e sem benefícios da previdência. Os M0_30_com são menores que M0_30_sem principalmente nas regiões de menor desenvolvimento rural que precisam dos recursos da previdência para atenuar a pobreza.

A análise da contribuição relativa de cada indicador sobre o valor de M0 possibilita entender o porquê que a influencia da previdência rural difere entre as regiões. A Tabela 3 apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional para $k=0,3$ desagregado por indicador de cada dimensão, por regiões.

De modo geral, entre as dimensões, as necessidades materiais ocasionaram menor percentual de privação. Porém, observa-se uma diferença significativa entre os domicílios com e sem beneficiários da previdência. Os primeiros com menores privações que o segundo. No Nordeste, explica 20,31% do índice de pobreza multidimensional dos domicílios com beneficiários e 28,08% do M0 dos sem beneficiários. Na região Sul, a participação dessa dimensão é ainda menor, 18,45% no índice de pobreza com benefício e 12,55% sem benefício.

A necessidade de crescimento pessoal é a dimensão que tem maior contribuição relativa sobre M0, pois explica mais de 50% do valor do indicador. Os indicadores de

escolaridade formal (presença de adulto e chefe com escolaridade inferior a nove anos de estudo) somados superam 30%. Lembrando que, no Brasil, para $k=0,3$, 84,65% dos domicílios foram considerados pobres e esses considerados multidimensionalmente pobres eram, em média, privados em 51,06% dos indicadores analisados. Ou seja, a educação dos adultos na área rural é escassa, podendo ser vista como um privilégio.

Portanto, pode-se dizer que a educação é a maior privação da zona rural, seja para os domicílios com ou sem aposentados, porém com maior severidade de privação nos domicílios com aposentados. Fahel, Teles e Caminhas (2016) aplicaram o IPM seguindo a metodologia da PNUD, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002, 2007, 2012 e 2013 e os resultados corroboram que a educação é a dimensão de maior contribuição relativa para explicar o valor do IPM, correspondendo a 50%, considerando anos de escolaridade e frequência escolar. O indicador anos de escolaridade respondeu sozinho por 40% do IPM. Nosso resultado vai ao encontro deste estudo.

A informação da precariedade da escolaridade formal dos adultos indica o problema intergeracional de pobreza na área rural. Esses adultos analfabetos não completaram o ensino fundamental ou médio pois fizeram parte de famílias de baixa renda. Quando crianças não tiveram oportunidades de permanecer mais tempo na escola ou nunca foram à escola por serem obrigadas a contribuir no sustento da sua família. Esse fato repercutiu sobre a formação de hoje, perpetuando a situação original de pobreza.

Como a privação na inclusão econômica é maior nos domicílios com beneficiários, a participação dessa dimensão será maior que nos domicílios sem beneficiários. As variações de comportamento das dimensões com relação aos dois tipos de domicílios diferem entre as regiões. O que diferencia é a proporção em que elas ocorrem nas regiões.

No Nordeste, nos domicílios com beneficiários da previdência, o ganho trazido pela previdência rural à redução das privações das necessidades materiais atenuam as maiores privações que esses domicílios sofrem nas outras duas dimensões. E os domicílios sem beneficiários vivenciam privações de necessidades materiais mais severas apesar de terem indicadores melhores de crescimento pessoal e inclusão econômica. Mas não superam o ganho trazido pela previdência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise multidimensional reforça e amplia a visão da desigualdade social presente no país. A região mais massacrada é a região Nordeste. O que se torna uma preocupação, pois só na região Nordeste se concentra, aproximadamente, 50% da população rural do país. Os resultados evidenciaram que, principalmente, as regiões Norte e Nordeste são as mais favorecidas pelo efeito da Previdência Rural sobre a

pobreza multidimensional.

Tal fato respalda a importância dessa política de Estado de Bem-Estar Social, pois estas são as mesmas regiões de maiores presenças de incidência e prevalência da pobreza em todas as dimensões, tais como, em necessidades materiais, com maiores privações de renda per capita, condições habitacionais inadequadas, maiores dificuldades de acesso a serviços públicos, maiores privações de bens duráveis, em necessidades de crescimento pessoal, com os maiores números de adultos analfabetos e, aproximadamente, em 90% dos domicílios os adultos não concluíram o ensino fundamental e, por fim, na inclusão econômica, ela ocorre via ocupação no trabalho para autoconsumo, trabalho temporário e menor formalização das relações de trabalho, caracterizando presença da pobreza multifacetada.

Tais privações vivenciadas nessas regiões limitam a capacidade dos indivíduos em sair da pobreza e a previdência atenua o conjunto de privações geradas pelas disfuncionalidades sociais vivenciadas não só pelo beneficiário como para sua família.

Antes da política de austeridade fiscal atual com o desmonte do Estado social, o Estado brasileiro tinha o combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda como um dos principais objetivos de intervenção na economia. A maior parte dessas ações esteve baseada tanto nas políticas sociais (educação, saúde, assistência ao menor) quanto nas transferências monetárias através de programas assistenciais e dos benefícios previdenciários.

A Proposta de Reforma da Previdência são retrocessos dos direitos sociais conquistados pela Constituição de 1988, visto que propõem acabar com a universalização da previdência rural, a qual foi responsável pela criação da modalidade do segurado especial, que incorpora à previdência social o amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus auxiliares familiares.

Lembrando que também a sociedade brasileira decidiu incorporar um contingente enorme de trabalhadores rurais que começaram a trabalhar na década de 1950 sem que tivessem tido direitos trabalhistas e sindicais ao criar o segurado especial. Esses benefícios não poderiam ser financiados por uma contribuição de 2,6% sobre a comercialização da produção rural como é estabelecido.

A estabilidade da proteção social é importante para garantir os direitos de cidadania da população brasileira. Portanto, no momento em que o governo federal não considera as contribuições sociais como fonte de recursos do cálculo da situação financeira da Previdência social, está descumprindo o que rege a Constituição Federal e está enxergando a Previdência como seguro e não como seguridade.

Todas essas propostas foram pensadas apenas no contexto de um objetivo que é a redução do déficit, sem pensar nas consequências e nas diferentes realidades socioeconômicas que existem no país. A Previdência social assumiu um papel importante na reversão do caráter concentrador de distribuição de renda e redução da pobreza no país.

Os resultados desse trabalho apontam que o efeito da Previdência sobre a

pobreza multidimensional depende da intensidade da privação, quanto maior a privação, maior será o efeito. A Previdência Social teve efeitos maiores em regiões mais pobres como Nordeste e Norte. Os benefícios previdenciários atenua o conjunto de privações sofridas por essas regiões.

Por um lado, o efeito da Previdência Rural sobre a Pobreza Multidimensional é positivo por o Estado estar amparando aqueles que não têm mais capacidade laborativa e contribuindo, assim, para redução da pobreza e proteção social. Por outro, observa-se que não é suficiente, são necessárias políticas de efeitos permanentes como incentivo a agricultura familiar, reforma agrária, políticas de educação no campo, políticas de atividades produtivas não-agrícolas (novo rural), dentre outras que impactem sobre determinantes estruturais e geradores da pobreza rural.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. **Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty.** Oxford Poverty & Human Development Initiative Chronic Poverty Research Centre, 2007.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement.** Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2009.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement.** OPHI, 2011.

ALKIRE, S.; ROBLES, G. Global Multidimensional Poverty Index 2016. Briefing, n.41. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2016.

ALKIRE, S.; SANTOS, M.E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. *Work Paper*, n.38. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2010.

ALKIRE, Sabina. Why the Capability Approach? **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, p. 155-133, 2005.

ALKIRE, S.; SETH, S. Identifying destitution through linked subsets of multidimensionally poor. United Nations University World Institute for Development Economics Research, 2015.

ATKINSON, A. On The Measurement of Poverty, *Econometrica*, vol. 55, n. 4, pp 749-764, 1987.

BARROS, R. P. *et al.* **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil.** Texto para discussão nº1227. Ipea: Rio de Janeiro, 2006.

BATTISTON, D.; CRUCES, G.; CALVA, L.F.L.; LUGO, M.A.; SANTOS, M.E. Income and Beyond: Multidimensional Poverty in six Latin American countries. OPHI, 2009.

CHAKRAVARTY, S.; MUKHERJEE, D.; RANADE, R. On the Family of Subgroup and Factor Decomposable Measures of Multidimensional Poverty, *Research on Economic Inequality*, vol. 8, pp. 175-194, 1998. *ia do Pensamento Científico sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa.* Texto para discussão 1332. IPEA, 2008.

ERIKSON, R. Descriptions of Inequality. The Swedish Approach to Welfare Research. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University, 1989.

FAHEL, M., TELES, L.R. CAMINHAS, D.A. Para além da renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 31. N.32. out, 2016.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*, vol. 52, n. 3, pp. 761-766, 1984.

HAMASAKI, C. S. Programas de garantia de Renda Mínima no Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

JAHAN, S. (et.all) Human Development Report 2015. Publicado pela United Nations Development Programme (UNDP), 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KATO, R., TARGINO, I., HAMASAKI, C. S. **Impactos Socioeconômicos da Previdência Social na Zona Rural do Nordeste Brasileiro: Análise dos Efeitos sobre a Pobreza e Distribuição de renda em 1991 E 2000.** VI Encontro Regional da ABET, 2007.

KERSTENETZKY, C.L.; UCHÔA, C. SILVA., N. Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”. Texto para Discussão n. 80. Cede, 2013

KERSTENETZKY, C.L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M.M. Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada as regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008. Cede, 2011.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Previdência redistribui renda e diminui a pobreza no país.** Ano II, n. 04. Brasília, 2012.

NUSSBAUM, M. Women and Human Development: The Capabilities Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RAVALLION, M. *Setting Poverty Lines: Economic Foundations of Current Practices*, Washington: Development Research Group, World Bank, 2001.

ROCHA, S., **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 721).

SANTOS, M.E. Measuring Multidimensional Poverty in Latin American: Previous Experience and the Way Forward. OPHI, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. Development as Freedom. New York: Knopf, 1999.

SEN, A. K. On Economic Inequality. New York: Clarendon Oxford Press. 1997.

STIGLITZ, J.E.; SEN, S.; FITOUSSI, J.P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2008.

THORBECKE, E. Multi-dimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues. The Many Dimensions of Poverty International Conference, UNDP International Poverty Centre, Brasilia, August 29-31, 2005.

UNPD. Human Development Report. Oxford University, 2015.

Componentes	Indicadores	Linha de pobreza (z)
Necessidades Materiais		
Renda Corrente	<i>Renda familiar per capita</i>	- $x_{ij} \geq 140$ (não-privado) - $x_{ij} < 140$ (privado)
Condições Habitacionais	<i>Ter casa própria (condição de ocupação no domicílio)</i>	- próprio já pago ou pagando (não – privado) - Cedido, alugado, outros (privado)
	<i>Densidade de moradores por dormitório</i>	- até 2 (não-privado) - Maior que 2 (privado)
	<i>Número de banheiros por domicílio</i>	- ≥ 1 (não - privado) - 0 (privado)
	<i>Material de construção habitacional</i>	- Material Adequado (não-privado) - Material inadequado (privado)
Acesso a serviços públicos	<i>Acesso à água</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Esgoto Sanitário</i>	- Sim (não –privado) - Não (privado)
	<i>Coleta de lixo</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Acesso à eletricidade</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
Posse de Bens Duráveis	<i>Ter geladeira ou freezer</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter fogão</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter máquina de lavar</i>	$x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
Necessidade de Crescimento Pessoal		
Escolaridade Formal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Escolaridade < 9 anos de estudo</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
	<i>Escolaridade do chefe < 9 anos de estudos</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
Veículos de informações	<i>Ter Computador</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado)
	<i>Ter Internet</i>	- $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter telefone</i>	
	<i>Ter TV</i>	
Inclusão Econômica		

Posição da Ocupação	<i>Trabalho para autoconsumo</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Emprego temporário na atividade agrícola</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Ocupação no setor formal</i>	- Não (privado) - Sim (não-privado)

Quadro 1: Dimensões da Pobreza e Linhas de pobreza

Anexo – Quadros, Tabelas e Gráficos

Fonte: elaboração própria a partir de Kerstenetzky; Uchôa; Silva (2013); Barros; Carvalho e Franco (2006).

Quadro 2: Descrição dos Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional

Dimensão	Indicadores	Peso Relativo por Indicador	Peso Relativo por Dimensão
Necessidades Materiais	<i>Renda domiciliar per capita;</i>	8,33%	33,33%
	<i>Ter casa própria (condição de ocupação no domicílio);</i>	2,77%	
	<i>Densidade de moradores por dormitório;</i>	2,77%	
	<i>Número de banheiros no domicílio;</i>	2,77%	
	<i>Material de construção habitacional;</i>	2,77%	
	<i>Acesso à água;</i>	2,77%	
	<i>Esgoto Sanitário;</i>	2,77%	
	<i>Coleta de lixo;</i>	2,77%	
	<i>Acesso à energia elétrica;</i>	2,77%	
	<i>Ter máquina de lavar</i>	2,77%	
	<i>Ter geladeira ou freezer;</i>		
<i>Ter fogão</i>			
Necessidade de Crescimento Pessoal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	8,33%	33,33%
	<i>Escolaridade média dos adultos</i>	8,33%	
	<i>Escolaridade média do chefe</i>	8,33%	
	<i>Veículos de informações: computador, internet, telefone e televisão.</i>	8,33%	
Inclusão Econômica	<i>Trabalho autoconsumo</i>	11,11%	33,33%
	<i>Emprego temporário</i>	11,11%	
	<i>Ocupação no setor formal</i>	11,11%	

Tabela 2 - Índices de Pobreza Multidimensional (M0) segundo o benefício ou não da previdência social, por região – 2008/2009.

Indicadores	Brasil			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	Rural	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
H	0,8465	0,8531	0,8402	0,8512	0,8595	0,9458	0,9342	0,7127	0,6616	0,7691	0,6620	0,8163	0,7762
A	0,5106	0,4987	0,5222	0,5182	0,5227	0,5434	0,5781	0,4345	0,4314	0,4233	0,4164	0,444	0,4384
MO_0,3	0,4322	0,4255	0,4388	0,4411	0,4492	0,5140	0,5401	0,3097	0,2854	0,3255	0,2757	0,3629	0,3403

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da POF 2008/2009.

Dimensões	Indicadores	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
		Sem	Com								
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Necessidades Materiais	<i>Renda familiar per capita;</i>	4,97	1,18	7,15	1,47	2,05	0,41	1,96	0,28	1,54	0,55
	<i>Densidade de moradores por dormitório;</i>	2,76	1,57	1,88	0,86	1,81	0,85	1,63	0,52	1,61	0,73
	<i>Esgoto Sanitário;</i>	4,82	4,43	4,05	4,21	4,92	4,57	3,91	3,94	5,47	5,64
	<i>Acesso à energia elétrica;</i>	1,78	1,62	0,44	0,49	0,12	0,07	0,14	0,06	0,42	0,34
	<i>Acesso à água;</i>	0,58	0,61	0,94	0,83	0,16	0,09	0,02	0,05	0,14	0,11
	<i>Material de construção habitacional;</i>	3,55	3,59	4,41	4,31	3,65	2,97	1,79	1,20	4,82	4,14
	<i>Coleta de lixo;</i>	4,48	4,51	4,07	4,28	3,98	4,10	4,16	4,25	5,13	5,24
	<i>Ter casa própria</i>	1,15	0,77	1,14	0,62	3,53	2,00	3,09	1,16	4,22	2,35
	<i>Número de banheiros no domicílio</i>	0,90	0,88	1,68	1,19	0,20	0,10	0,40	0,12	0,23	0,14
	<i>Ter máquina de lavar, geladeira ou freezer; fogão</i>	2,46	2,12	2,32	2,05	1,78	1,59	1,35	0,97	1,53	1,52
Total		27,45	21,29	28,08	20,31	22,19	16,76	18,45	12,55	25,11	20,75
Necessidade de Crescimento Pessoal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	5,69	8,80	8,01	10,62	3,91	7,14	3,36	4,95	4,88	6,23
	<i>Escolaridade < 9 anos de estudo</i>	15,65	15,94	14,20	15,28	19,22	19,08	19,79	19,47	18,88	18,60
	<i>Escolaridade do chefe < 9 anos de estudos</i>	14,84	15,36	13,65	14,90	18,62	18,67	18,81	19,08	18,32	18,01
	<i>Veículos de informações: computador, internet, telefone e televisão.</i>	11,58	11,35	10,24	10,46	13,14	12,75	13,83	12,15	13,84	13,24
Total		47,77	51,44	46,10	51,26	54,88	57,66	55,79	55,64	55,93	56,08
Inclusão Econômica	<i>Trabalho autoconsumo</i>	4,64	6,64	5,54	7,05	1,56	1,91	2,61	5,98	3,00	3,24
	<i>Emprego temporário</i>	1,81	1,76	4,13	2,81	3,32	2,34	2,52	1,47	1,82	0,92
	<i>Ocupação no setor formal</i>	18,34	18,87	16,15	18,56	18,05	21,31	20,62	24,35	14,13	19,00
Total		24,79	27,26	25,81	28,43	22,94	25,57	25,74	31,80	18,95	23,16

Tabela 3: Percentual de domicílios pobres em cada dimensão, para k=0,3, segundo o benefício ou não da previdência social, área rural, Brasil -2008/2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da POF 2008/09.

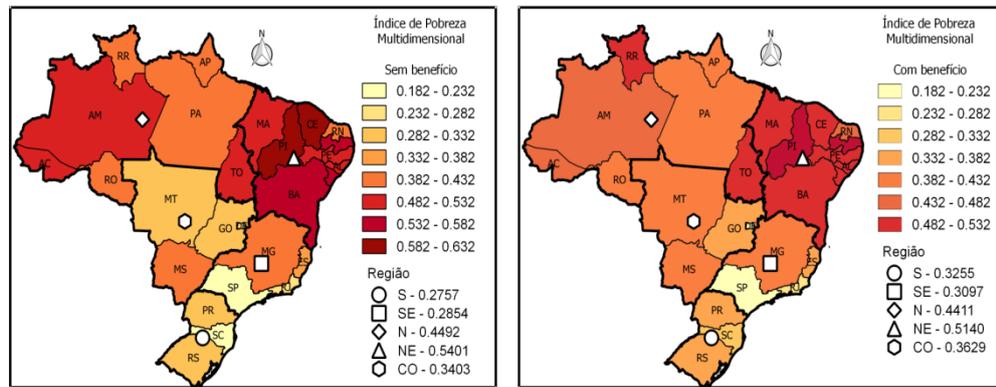


Figura 1: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.

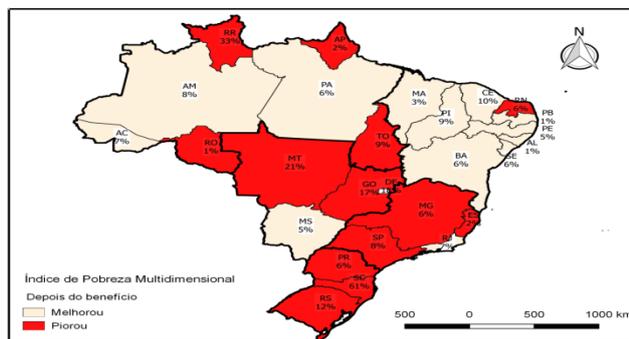


Figura 2: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

